

Medidas Preventivas no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Avenida da República - Vila Nova de Gaia

As presentes medidas preventivas visam acautelar o efeito útil do Plano de Urbanização da Avenida da República (n.º 1 do artigo 134.º do RJIGT), que apenas será alcançado se simultaneamente forem suspensas normas do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia e do Plano de Pormenor da Zona Envolvente aos Paços do Concelho, aplicáveis na área (n.º 2 do mesmo artigo).

A proposta de medidas preventivas foi modelada de forma ajustada e proporcional à situação a regular, por isso se apresenta diferenciada para áreas específicas dentro da área de abrangência do Plano de Urbanização.

Tendo em conta que estas medidas preventivas têm como objetivo salvaguardar as opções constantes do Plano de Urbanização da Avenida da República, naturalmente que a sua área de incidência tem de coincidir com a área de incidência deste Plano, no sentido de que não a pode “ultrapassar” ou “extravasar”. Pelo contrário, há algumas áreas contidas dentro dos limites da área do Plano nas quais não se prevê aplicar quaisquer dessas medidas.

Artigo 1.º

Objetivos

1 - As presentes medidas preventivas visam salvaguardar a elaboração do Plano de Urbanização da Avenida da República (doravante Plano de Urbanização ou Plano), nos termos do n.º 3 do artigo 134.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 14 de maio.

2 – As presentes medidas preventivas destinam-se a evitar a concretização de projetos e de operações urbanísticas que possam colocar em causa as opções de planeamento a definir no Plano de Urbanização.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

1 - As medidas preventivas aqui adotadas aplicam-se a áreas demarcadas dentro da área de incidência do Plano de Urbanização da Avenida da República, as quais se encontram devidamente identificadas na planta anexa respeitante à área de intervenção do Plano.

2 – Nas áreas a que se aplicam as presentes medidas preventivas, ficam suspensas as normas do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia (publicado através do Aviso n.º 14327/2009, no Diário da República de 12 de agosto de 2009), com exceção da identificação e respetivo regime de salvaguarda dos imóveis inventariados no Anexo IV do seu regulamento, assim como as normas do Plano de Pormenor do Novo Centro Cívico / Zona Envolvente aos Paços do Concelho (publicado no Diário da República de 1 de abril de 1992).

Artigo 3.º

Âmbito material

As presentes medidas preventivas têm um conteúdo material diferenciado para cada área identificada na planta anexa nos termos que constam do quadro anexo.

Artigo 4.º

Exclusão do âmbito de aplicação

Os atos administrativos constitutivos de direitos resultantes de decisões ou deliberações legalmente tomadas antes da entrada em vigor das presentes medidas preventivas e que sejam eficazes, incluindo as informações prévias favoráveis e as aprovações de projetos de arquitetura, não ficam abrangidos por estas.

Artigo 5.º

Âmbito temporal

As medidas preventivas vigoram pelo prazo de um ano a contar da data da respetiva publicação, prorrogáveis por mais seis meses, caducando, em todo o caso, com a abertura da fase da discussão pública do Plano de Urbanização, momento a partir do qual a salvaguarda das opções do Plano passa a ser feita por via da medida cautelar da suspensão dos procedimentos prevista no artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

PROPOSTA DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AVENIDA DA REPÚBLICA		AÇÕES							
		de acordo com o Capítulo IV, Artigo 134º , ponto 4 do Decreto Lei 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT)							
conforme área-plano redelimitada em maio de 2018		a				b	c	d	
áreas identificadas em planta anexa		operações de loteamento e obras de urbanização	obras de construção	obras de ampliação	obras de alteração	obras de reconstrução	trabalhos de remodelação de terrenos	obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de controlo administrativo prévio	derrube de árvores em maciço ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal
	1	Frentes da Avenida, gavetos e outras áreas complementares em transformação	Limitação ** Tipo A		Limitação ** Tipo B	Limitação ** Tipo C	Limitação ** Tipo A		
	2	Interface General Torres / Rua Luís de Camões	Proibição *						
	3	CCCG (futuro Centro Cultural e de Congressos de Gaia)	Proibição *						
	4	Quinta do Casal / Rua 14 de Outubro	Proibição *						
	5	Centro Cívico Municipal	Proibição *						
	6	Camélias / Rua 14 de Outubro / IC23	Proibição *						
	7	Interface D.Joao II / Avenida Vasco da Gama	Proibição *		sem limitações	Limitação ** Tipo C	Proibição *		